

APROVO.

PROCEDIMENTO n.º 16/PESSOAS2030/2025

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS, POR LOTES, NA
MODALIDADE DE AVENÇA**

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

PARTE I	3
DISPOSIÇÕES GERAIS E CONTRATUAIS	3
Cláusula 1.ª	3
Cláusula 2.ª	3
Cláusula 3.ª	4
Cláusula 4.ª	5
Cláusula 5.ª	6
Cláusula 6.ª	7
Cláusula 7.ª	7
Cláusula 8.ª	8
Cláusula 9.ª	8
Cláusula 10.ª	8
Cláusula 11.ª	9
Cláusula 12.ª	10
Cláusula 13.ª	10
Cláusula 14.ª	11
Cláusula 15.ª	12
Cláusula 16.ª	12
Cláusula 18.ª	13
Cláusula 19.ª	13
Cláusula 20.ª	14
Cláusula 21.ª	14
Cláusula 22.ª	17
Cláusula 23.ª	18
Cláusula 24.ª	19
Cláusula 25.ª	20
Cláusula 26.ª	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 27.ª	21
Cláusula 28.ª	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 29.ª	Erro! Marcador não definido.

PARTE I

DISPOSIÇÕES GERAIS E CONTRATUAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do Contrato

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas aplicáveis à relação jurídica a estabelecer entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, que tem por objeto a ***Aquisição de Serviços Jurídicos Especializados, por Lotes, na modalidade de avença.***
2. O serviço a contratar está dividido em **7 Lotes**, nos termos do art.º 46.º-A do CCP, distribuído da seguinte forma:
 - a) **Lote 1** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
 - b) **Lote 2** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
 - c) **Lote 3** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
 - d) **Lote 4** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
 - e) **Lote 5** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
 - f) **Lote 6** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
 - g) **Lote 7** – 1 técnico especializado em contratação pública, na modalidade de avença;
3. A cada concorrente será **adjudicado apenas um lote**, de acordo com o critério de adjudicação indicado no Programa do Concurso, exceto no caso de pessoas coletivas em que lhe pode ser adjudicado total ou parcialmente o número de lotes a que concorre em função do resultado obtido por cada técnico por si apresentado na aplicação do modelo de avaliação das propostas.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. A adjudicação é formalizada com a notificação da decisão de adjudicação, obrigando-se o Adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a celebração do contrato, dentro do prazo referido na respetiva notificação de adjudicação.
2. O contrato será celebrado por escrito no prazo máximo de 10 (dez) dias após a aceitação da minuta do contrato pelo Adjudicatário.
3. Fazem parte do presente contrato:

- a) Os suprimientos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 3 e o clausulado no contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo Primeiro Outorgante e aceites pelo Segundo Outorgante, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3.ª

Preço Base

1. O preço base do presente procedimento é de **705.600,00 € (setecentos e cinco mil e seiscentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, o qual compreende todos os serviços previstos nas especificações técnicas do presente caderno de encargos e repartido pelos seguintes lotes da seguinte forma:
- Lote 1 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);
 - Lote 2 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, (**2.800,00€ x 36 meses**);
 - Lote 3 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);
 - Lote 4 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€ x 36 meses**);

- Lote 5 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€** x 36 meses);
 - Lote 6 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€** x 36 meses);
 - Lote 7 – com um valor base de **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido (**2.800,00€** x 36 meses);
2. O preço da proposta resultará do valor da mensalidade indicado na proposta adjudicada, multiplicado pelos 36 meses de vigência contratual.
 3. Não foi definido a situação em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo para efeitos do disposto no artigo 71.º do CCP.
 4. O preço constante na proposta deverá ser indicado em algarismos, nos termos do disposto no artigo 60.º do CCP.
 5. O preço base, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º e no n.º 7 do artigo 17.º do CCP, foi definido tendo por referência os procedimentos anteriores de idêntico objeto contratual, devidamente ajustados às atualizações salariais previstas para os anos subsequentes, com vista a acomodar eventuais impactos inflacionários e assegurar a adequada execução contratual.

Cláusula 4.ª

Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço constante **da proposta adjudicada** para o **respetivo lote**, no valor da mensalidade correspondente a **2.800,00€**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, distribuído da seguinte forma:
 - a) Lote 1 – **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido;
 - b) Lote 2 – **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido;

- c) Lote 3 – **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido;
 - d) Lote 4 - **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido;
 - e) Lote 5 – **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido;
 - f) Lote 6 – **100.800,00€ (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido;
 - g) Lote 7 – **100.800,00 (cem mil, e oitocentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido;
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente as despesas com deslocações e meios humanos afetos à prestação dos serviços, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 5.ª

Condições e Prazos de Pagamento

1. A Entidade Adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento da prestação dos serviços objeto do contrato.
2. As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. As faturas são liquidadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva receção e desde que verificados os pressupostos necessários para o efeito.
4. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação da fatura por parte da Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030.
5. Os pagamentos serão feitos em **mensalidades iguais, para cada lote**, após a prestação do serviço e mediante apresentação da fatura.
6. As faturas devem discriminar os serviços a que se reportam, o número do contrato, Lote e o número de compromisso financeiro associado, o qual será indicado pela SGMTSSS, sob pena de devolução das mesmas.

7. As faturas deverão ser emitidas em nome da **Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – PESSOAS 2030**, com o NIF 600081966 e enviadas para a solução “Fatura Eletrónica na Administração Pública” (FE-AP), devendo consultar as Normas Técnicas e Funcionais disponíveis no site da eSPap - a <https://www.espap.gov.pt/spfin/FAQ/Paginas/FAQ.aspx#maintab7> , para a sua adesão, **sob pena de devolução.**
8. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao prestador de serviços, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de novo documento contabilístico adequado.
9. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
10. Nas condições de pagamento a apresentar pelo Adjudicatário não podem ser propostos quaisquer adiantamentos.
11. **Não há lugar a revisão ou a atualização do preço contratual.**

Cláusula 6.ª

Caução

Para nenhum dos lotes será exigida caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 7.ª

Prazo de Vigência do Contrato

1. O contrato a celebrar vigora pelo período de 12 meses, a contar do dia seguinte da data da sua outorga, podendo ser objeto de duas renovações, sucessivas e por períodos idênticos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato
2. A possibilidade de duas renovações, pelo período de 12 meses fica circunscrita à comunicação expressa do PESSOAS 2030, por escrito, com a antecedência de 30 dias do seu termo inicial, sem prejuízo das imposições legais estabelecidas.

Cláusula 8.ª

Gestor do Contrato

1. A execução do contrato é acompanhada permanentemente por um gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, de acordo com estipulado no artigo 290.º-A do CCP, aquando da aprovação da minuta do contrato, e um gestor de contrato designado pelo Adjudicatário do respetivo lote.
2. O gestor do contrato exerce as funções previstas no artigo 290-Aº do CCP.

Cláusula 9.ª

Obrigações de Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao PESSOAS 2030 e à SGMTSSS, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o Adjudicatário seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar os serviços conforme as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;

- b) Comunicar à Entidade Adjudicante, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos;
 - c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições da prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
 - d) Comunicar à Entidade Adjudicante qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua situação jurídica, comercial, bem como alterações aos contactos e moradas indicados para a gestão do contrato;
 - e) Indicar o gestor de contrato responsável pela sua gestão, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.
2. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 11.ª

Mora da Entidade Adjudicatária

1. Há mora da Entidade Adjudicatária quanto às obrigações sujeitas a prazo, nos termos do caderno de encargos ou nos casos de o mesmo ser fixado pela Entidade Adjudicante, decorrido que seja o prazo aplicável ao respetivo cumprimento sem que o Adjudicatário cumpra a obrigação a que está adstrito.
2. As situações de mora e de incumprimento definitivo por parte do Adjudicatário têm, respetivamente, as consequências previstas nas cláusulas 13.ª e 14.ª.
3. Quando as penalidades aplicadas ao Adjudicatário excederem o limite previsto na Cláusula 12.ª, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido, designadamente para efeitos de resolução.
4. Não se aplica o disposto nos números 1 e 2 quando o atraso se deva a atos imputáveis à Entidade Adjudicante.

Cláusula 12.ª

Penalidades Contratuais

1. A Entidade Adjudicante pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, pelo incumprimento das datas e prazos definidos, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, até 10% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento da entidade adjudicatária, a SGMTSSS pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do 329.º do CCP.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário, ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a SGMTSSS tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula é objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
6. A cobrança das eventuais sanções em que a entidade adjudicatária incorra, será efetuada, a critério da SGMTSSS, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade.
7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a SGMTSSS exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª

Resolução Contratual

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento das obrigações enunciadas na cláusula 10.ª;
 - b) Se for alcançado o valor máximo de penalidades nos termos da Cláusula 12.ª;
 - c) Se o Adjudicatário incorrer em situação de insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;

- d) Incumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações relativamente a importâncias devidas à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - e) Perda pelo Adjudicatário do registo de marca ou da licença de comercialização;
 - f) No caso de o Adjudicatário prestar falsas declarações;
 - g) Se o Adjudicatário ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia da Entidade Adjudicante;
 - h) Se ocorrer causa de força maior impeditiva de execução do contrato em tempo julgado útil pela Entidade Adjudicante, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 30 (trinta) dias relativamente aos prazos aplicáveis;
2. Para efeitos do disposto na alínea h) do número anterior, o Adjudicatário deve comunicar à Entidade Adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática para mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.
 3. Nas situações previstas no número 1, alíneas a), f) e h), a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário da intenção de resolver o contrato, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para o Adjudicatário se pronunciar.
 4. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia do Adjudicatário a Entidade Adjudicante decide sobre a resolução do contrato.
 5. A decisão de resolução do contrato é notificada ao Adjudicatário, acompanhada dos respetivos fundamentos, através do envio para o respetivo domicílio contratual de carta registada com aviso de receção, e produz efeitos a partir da data da sua receção.
 6. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.

Cláusula 14.ª

Efeitos da Resolução

1. Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização, nos termos gerais de direito.

2. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.ª

Mora da Entidade Adjudicante

1. O atraso em qualquer pagamento por parte da Entidade Adjudicante não autoriza o Adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer das obrigações previstas no contrato, salvo se o montante acumulado vencido e pendente de pagamento for superior a 25% do preço contratual ou o atraso for superior a 6 (seis) meses.
2. Os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante há mais de 60 (sessenta) dias vencem juros, à taxa legal, desde a data em que se tornaram exigíveis até ao integral pagamento.

Cláusula 16.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª

Despesas

Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas em que esta haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 19.ª

Alterações ao Contrato

As alterações ao contrato apenas são válidas se reduzidas a escrito e se assinadas pela Entidade Adjudicante e o Adjudicatário.

Cláusula 20.ª

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas para o domicílio contratual de cada uma.
2. O Adjudicatário ou o seu representante deve informar a Entidade Adjudicante, por escrito, de qualquer mudança no respetivo domicílio contratual.
3. A alteração do domicílio contratual é comunicada à outra parte por carta registada com aviso de receção.
4. A comunicação entre as partes deve ser sempre efetuada em língua portuguesa.

Cláusula 21.ª

Proteção de Dados Pessoais - RGD

1. O contrato, no que respeita ao tratamento de dados pessoais, tem a justificação legal do tratamento de dados pessoais necessários e fundamentais à prossecução da missão, atribuições e competências da Autoridade de Gestão.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante e o adjudicatário estão sujeitos ao cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), adiante designado RGD, sendo o PESSOAS 2030 o responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7) e 8) do artigo 4.º, do n.º 1 do artigo 24.º e do n.º 1 do artigo 28.º todos do RGD.
3. A recolha de informação e o tratamento de dados tem por finalidade exclusivamente a prossecução das finalidades do presente contrato e dos fins estatísticos àquelas inerentes desde que legalmente previstos.
4. O tipo de dados, as categorias dos titulares dos dados, as operações de tratamento de dados pessoais bem como as condições de conservação e armazenamento e respetivo prazo de conservação serão devidamente especificados em adenda ao presente contrato, quando assim se justifique.
5. Entre as partes contratantes, respetivamente enquanto responsável pelo tratamento de

dados e subcontratante, são estabelecidos e reciprocamente aceites os seguintes direitos e obrigações:

- a) O Adjudicatário comunica, no prazo de 30 dias a contar da adjudicação, à entidade adjudicante a informação relativa ao seu *Data Protection Officer* (Encarregado de Proteção de Dados), designadamente o contacto telefónico e o endereço de correio eletrónico.
- b) O Adjudicatário acede à informação e procede ao tratamento dos dados pessoais necessários à prestação de serviços abrangida pelo contrato, exclusivamente para esse fim, na medida, por conta e de acordo com as instruções da, e nos termos da legislação aplicável, assegurando antecipadamente o cumprimento das obrigações previstas no RGPD.
- c) O Adjudicatário deve fornecer ao PESSOAS 2030, se requerido, a documentação necessária para demonstrar o cumprimento de todas as suas obrigações e permitir que eventuais verificações, previstas no âmbito do RGPD, sejam realizadas pelo PESSOAS 2030, ou por outra entidade credenciada ou por aquela mandatada para o efeito.
- d) O Adjudicatário deve assegurar que as pessoas autorizadas a processar ou a aceder a dados pessoais, nos termos e para os efeitos das especificações técnicas descritas no contrato, têm os conhecimentos necessários e especializados para aplicar as medidas técnicas e organizativas, de modo que o tratamento que efetuem seja conforme com o RGPD e demais legislação aplicável.
- e) O Adjudicatário obriga-se a manter os dados pessoais a que tenha acesso estritamente confidenciais, sendo responsável pela utilização dos dados pessoais e pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores, e entidades públicas ou privadas subcontratadas ou terceiros, quando for o caso.
- f) O Adjudicatário obriga-se a tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção (*Privacy by design*) e da proteção de dados por defeito (*Privacy by default*), no que diz respeito às ferramentas que adquire e utiliza, produtos, aplicações ou serviços prestados por subcontratados.
- g) O Adjudicatário, no momento da recolha dos dados para efeitos das operações necessárias a realizar que possam envolver dados pessoais sob responsabilidade de tratamento do PESSOAS 2030, deve informar os titulares dos dados ou os seus representantes legais.

- h) Para efeitos do número anterior, o Adjudicatário deve manter os respetivos registos individualizados por titular de dados, por representante legal quando for o caso, por cada operação de tratamento, de acordo com as indicações expressas PESSOAS 2030.
- i) O Adjudicatário, no cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD deve auxiliar o PESSOAS 2030, no cumprimento da obrigação de responder aos pedidos de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais.
- j) Quando os titulares dos dados pessoais, para efeitos de exercício de direitos legalmente protegidos, solicitarem diretamente ao Adjudicatário, esclarecimentos sobre questões de privacidade dos sistemas de tratamento de dados pelo PESSOAS 2030, aquela deve enviar os pedidos, em caso de necessidade, para o seguinte endereço de correio eletrónico: dpo.pessoas2030@pessoas2030.gov.pt.
- k) O Adjudicatário através do responsável pelo tratamento de dados, deve notificar o PESSOAS 2030, de qualquer violação de dados pessoais, que cause impacto nos direitos do titular dos dados, de acordo com os critérios que venham a ser definidos pela autoridade de controlo nacional, num prazo máximo de 24 horas após o conhecimento dos mesmos, através do envio de mensagem para o seguinte endereço de correio eletrónico: dpo.pessoas2030@pessoas2030.gov.pt, acompanhada de toda a documentação relevante a fim de permitir ao PESSOAS 2030, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º ou 34.º do RGPD.
- l) A informação a disponibilizar pela entidade adjudicatária ao PESSOAS 2030, deve conter toda a informação requerida pela autoridade de controlo nacional (Comissão Nacional de Proteção de Dados, CNPD) para efeitos de notificação de violação de dados pessoais, conforme informação disponibilizada em: https://www.cnpd.pt/bin/notifica_rgpd/data_breach.htm.
- m) O Adjudicatário apoia, em caso de necessidade, o PESSOAS 2030, responsável pelo tratamento de dados, na realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto abrangido pelo contrato, nos termos do RGPD.
- n) As avaliações de impacto referidas na alínea anterior atendem ao Regulamento n.º 1/2018, da CNPD relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre

- a Proteção de Dados (AIPD) publicitado através do Regulamento n.º 798/2018, de 30 de novembro.
- o) O PESSOAS 2030 e o Adjudicatário comprometem-se a implementar as medidas de segurança previstas nas orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março e outras medidas específicas que sejam necessárias implementar, nomeadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD.
 - p) O Adjudicatário deve disponibilizar ao PESSOAS 2030, sempre que necessário, a lista dos colaboradores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade do PESSOAS 2030, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos. A contratação, pelo Adjudicatário, de outro subcontratante está sujeita à prévia autorização por escrito, geral ou específica da primeira outorgante nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 28.º do RGPD.
 - q) Os direitos do PESSOAS 2030 e do Adjudicatário, atendendo à natureza do tratamento de dados pessoais objeto do contrato, são os estabelecidos no RGPD e demais legislação aplicável.
 - r) O Adjudicatário colabora com o *Data Protection Officer* (Encarregado de Proteção de Dados) do PESSOAS 2030, facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.

Cláusula 22.ª

Trabalhadores afetos ao serviço

1. Nos termos do artigo 419-A, aplicável por força do artigo 451.º, ambos do CCP, os trabalhadores afetos à prestação do serviço deverão:
 - a) No caso de serviço prestado por um prazo que seja superior a um ano, prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;

- b) No caso de serviço prestado por um prazo que seja igual ou inferior a um ano, prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período não inferior ao prazo da prestação do serviço;
- 2. O disposto no número anterior não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da prestação do serviço.
- 3. Não podem ser afetos à prestação de serviço objeto do presente procedimento trabalhadores reformados ou aposentados.

Cláusula 23.ª

Publicidade

O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização do PESSOAS 2030 e da SGMTSSS.

Cláusula 24.ª

Direitos de propriedade intelectual

- 1. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário, os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da prestação de serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
- 2. Se a SGMTSSS ou o PESSOAS 2030 vierem a ser demandados por ter sido infringido, na execução da prestação de serviços, qualquer dos direitos mencionados no ponto anterior, o Adjudicatário responderá nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 447.º, do CCP.

Cláusula 24.ª

Foro Competente

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa será competente para apreciar qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação, validade e execução do contrato.

Cláusula 25.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes na legislação portuguesa, designadamente no Código dos Contratos Públicos.

PARTE II
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 26.ª

Especificação dos serviços

1. O prestador de serviços deverá proceder a verificações no âmbito da contratação pública, nomeadamente a análise de procedimentos de contratação pública realizado pelas entidades beneficiárias no âmbito dos projetos aprovados e financiados pelo PESSOAS 2030.
2. A prestação dos serviços compreende as verificações aos procedimentos de contratação pública relativos a operações cofinanciadas pelo PESSOAS 2030, utilizando como referencial o *“Guia de Contratação Pública”* e a *“Checklist do beneficiário para verificação dos procedimentos de contratação pública”*, aplicáveis.
3. A prestação de serviços compreende a verificação mensal, em média, de 25 (vinte e cinco) procedimentos de contratação pública, podendo o número de processos mensalmente atribuídos pelo PESSOAS 2030 ser variável.
4. O não cumprimento, por parte da Entidade Adjudicatária, de um nível mínimo de execução correspondente a 90% dos processos que, mensalmente, lhe sejam formalmente atribuídos pela Entidade Adjudicante, constitui incumprimento contratual. Para efeitos de monitorização da execução contratual, considera-se como formalmente atribuída a totalidade dos processos cuja remessa se encontre devidamente documentada e registada pelo gestor do contrato, competindo a este assegurar, por meios idóneos e verificáveis, a evidência do envio e da respetiva data de atribuição.
5. Em caso de verificação da primeira ocorrência de incumprimento do limiar referido no número anterior (90%), serão aplicáveis as penalidades previstas na Cláusula 12.ª do presente Caderno de Encargos, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções adicionais em caso de reincidência ou de incumprimento reiterado, nos termos legalmente admissíveis e contratualmente estipulados. Caso se verifique novo incumprimento do mesmo tipo durante a vigência do contrato, assiste à Entidade Adjudicante o direito de proceder à sua resolução do contrato
6. O presente contrato abrange todas as Tipologias de Operações do PESSOAS 2030.

7. No início da execução do contrato, a Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030 transmitirá as orientações que se revelarem adequadas à correta prestação do serviço.
8. A prestação de serviços terá lugar nas instalações/domicílio profissional de cada Adjudicatário, sem prejuízo da presença nas instalações do PESSOAS 2030 em Lisboa, no caso dos Lotes 1, 2, 3 e 4, ou do PESSOAS 2030 Porto, no caso dos Lotes 5, 6 e 7, sempre que tal presença for solicitada pelo PESSOAS 2030, por se revelar indispensável à boa execução do contrato.
9. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os técnicos afetos à execução de cada lote devem estar igualmente disponíveis para se deslocarem, sempre que solicitados, entre as instalações de Lisboa e do Porto do PESSOAS 2030, assegurando a sua efetiva presença e colaboração presencial nas diligências que venham a ser determinadas, independentemente da afetação geográfica principal do respetivo lote, garantindo, assim, a boa execução do contrato e a adequada articulação com os serviços da Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030.
10. As instalações do PESSOAS 2030 Lisboa localizam-se na Av. Columbano Bordalo Pinheiro n.º 86, em Lisboa e as Instalações do PESSOAS 2030 Porto na Praceta da Cooperativa a Realidade, nº 17 4465-330 - S. Mamede de Infesta.

Cláusula 27.ª

Requisitos técnicos do prestador de serviços

1. O presente procedimento visa a prestação de serviços, em cada lote, por parte de um técnico, preferencialmente licenciado em Direito, com experiência profissional mínima de 1 (um) ano em contratação pública.
2. A experiência em contratação pública inferior a 1 (um) ano constitui motivo de exclusão.